

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O STOP, aberto em 1982 como centro comercial, funciona há mais de 20 anos como espaço cultural, com as diversas frações dos pisos a serem usadas como salas de ensaio e estúdios por muitos artistas, na sua maioria músicos.

O espaço cultural que atualmente o STOP é, com mais de 500 utilizadores, sendo que mais de 90% são músicos, constitui uma mais-valia para o Porto e para o país, constituindo mesmo, como referiu em entrevista o próprio presidente da Câmara Municipal do Porto, “um património muito importante para a cidade. É ali que se encontra a fábrica de música do Porto, até é quase uma indústria, e se é... é uma das últimas indústrias do Porto. Como tal, tudo faremos para a preservar” (1/2/2019). Esta posição do Presidente da Câmara acaba de cair por terra face à ação desenvolvida no passado dia 18 de Julho, com o encerramento coercivo de 105 das 126 lojas do centro comercial, impedindo deliberadamente o acesso ao seu interior a centenas de proprietários e inquilinos, e, em consequência impedindo-os de trabalhar.

Com efeito, apesar dos esforços desenvolvidos pelos músicos e artistas em encontrar soluções para os problemas identificados, naquele que tem sido um longo e desgastante processo, a Câmara Municipal do Porto optou por dar um passo em frente no agravamento da situação existente em vez de criar as condições necessárias para centenas e centenas de trabalhadores, comerciantes e músicos desenvolverem a sua atividade e a sua própria vida quotidiana.

O encerramento forçado espaço desta dimensão, significado e impacto na produção cultural da região e do país não pode ser indiferente ao Governo, principalmente por lhe competir constitucionalmente a responsabilidade de promover a democratização cultural, incentivando e assegurando o acesso de todos à fruição e criação cultural.

Assim, face à importância deste espaço, à implicação de centenas de músicos e artistas, com todas as consequências que um eventual encerramento representa na amputação do direito à criação cultural, nos termos legais e regimentais aplicáveis, o PCP questiona o Governo, através do Ministro da Cultura, sobre:

1. Sendo esta uma situação que se arrasta há alguns anos, que é do conhecimento público e que, objetivamente, poderá pôr em causa a possibilidade de centenas de artistas continuarem a desenvolver a sua atividade, que acompanhamento e medidas desenvolveu o Ministério da Cultura para impedir o desfecho verificado no passado dia 18 de julho?
2. Que medidas tomou ou pensa tomar para garantir que os mais de 500 músicos que trabalhavam, ensaiavam e criavam no Centro Comercial STOP possam continuar a desenvolver as suas atividades?

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2023

Deputado(a)s

MANUEL LOFF(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)